



PRESIDÊNCIA DO IEPREV

Roberto de Carvalho Santos

EDITOR-GERENTE

José Ricardo Caetano Costa

EDITORES ADJUNTOS

Marco Aurélio Serau Junior

Ana Paula Fernandes

EDITOR EXECUTIVO

Gilmar Gomes de Barros

COORD. DE REL. INSTITUCIONAIS

Helena E. Mizushima Wendhausen

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Fabrício de Matos Gonçalves

Antônio Raimundo Queiroz Júnior

Carlos Alberto Pereira de Castro

Cláudia Salles Vilela Vianna

Claudio Pedrosa Nunes

Cyntia Teixeira Pereira Carneiro Lafetá

Daniela Muradas Reis

Décio Bruno Lopes

Denise Pires Fincato

Denise Poiani Delboni

Ester Moreno de Vieira Viana

Fábio Zambitte Ibrahim

Fernando Ferreira Calazans

Fulvia Helena de Gioia

Giseli Canton Nicolao Yoshioka

Itiberê de Oliveira Castellano Rodrigues

Ivani Contini Bramante

Jane Lucia Wilhelm Berwanger

João Batista Lazzari

João Batista Optiz Neto

José Antonio Savaris

Juliana Teixeira Esteves

Marcelo Barroso Lima Brito de Campos

Marcus Orione Gonçalves Correia

Maria Helena Carreira Alvim Ribeiro

Océlio de Jesus Carneiro de Moraes Paulo

Paulo Ricardo Opuszka

Raphael Silva Rodrigues

Theodoro Vicente Agostinho

Tuffi Messias Saliba

Valmir César Pozzetti

Ynês da Silva Félix

CONSELHO CONSULTIVO

Alexandre Vicentine Xavier

Ana Maria Isquierdo

Andressa Fracaro Cavalheiro

Claudio Pedrosa Nunes

Denilson Victor Machado Teixeira

Denise Poiani Delboni

Eder Dion de Paula Costa

Flávio Roberto Batista

Gabriela Caramuru Teles

Guilherme Guimarães Feliciano

Hélio Silvio Ourém Campos

Hector Cury Soares

Isabele Bandeira de Moraes D'Angelo

Ivan Simões Garcia

João Batista Optiz Junior

João Rezende Almeida Oliveira

Juliana Toralles dos Santos Braga

Juliane Caravieri Martins

Laura Souza Lima e Brito

Liane Francisca Hüning Pazinato

Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva

Luiz Gustavo Boiam Pancotti

Luma Cavaleiro de Macêdo Scaff

Márcia Cavalcante de Araújo

Maria Aurea Baroni Cecato

Mirian Aparecida Caldas

Miguel Horvarth Júnior:

Nadja Karin Pellejero

Paulo Afonso Brum Vaz

Pedro Augusto Gravatá Nicoli

Hector Cury Soares

Raphael Silva Rodrigues

Rodrigo Garcia Schwarz

Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva

Valena Jacob Chaves Mesquita

Vera Maria Correa Queiroz



RBDS	Belo Horizonte	v. 1	n. 1	p. 1-153	2018
------	----------------	------	------	----------	------

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Marcia Rodrigues, CRB
10/1411

R454 Revista Brasileira de Direito Social [recurso eletrônico]:
RBDS / Instituto de Estudos Previdenciários. – Dados eletrônicos.
– Vol. 1, n. 1 (jan. /abr. 2018) - . Belo Horizonte: IEPREV, 2018- .

Modo de acesso: <<http://rbds.ieprev.com.br/rbds/>>.

Quadrimestral.

Título abreviado: R. Bras. Dir. Soc.

Editor: José Ricardo Caetano Costa.

1. Direitos sociais. I. Instituto de Estudos Previdenciários.

CDU, 2ª ed.: 349.3



Índice para o catálogo sistemático:

1. Direitos sociais

349.3



SUMÁRIO

A manutenção da aposentadoria especial no ordenamento jurídico brasileiro - <i>João Batista Lazzari</i>	08 - 31
Do impacto do uso de equipamentos de proteção individual no reconhecimento de atividades especiais - <i>Rodrigo Fagundes Noceti; Marcella Camila Volpato Zichack</i>	31 - 47
A reforma da previdência e o aumento da exclusão social - <i>Luciana Adélia Sottili; Juliana Toralles dos Santos Braga</i>	48 - 60
A reforma da previdência e o aumento da exclusão social - <i>Luciana Adélia Sottili; Juliana Toralles dos Santos Braga</i>	61 - 73
O financiamento da previdência social e o déficit - <i>Tonia Andrea Inocentini Galleti</i>	74 - 85
Aferição indireta previdenciária: um procedimento fiscal excepcional - <i>Raphael Silva Rodrigues</i>	86 - 104
Aposentadoria por invalidez e vereança - <i>Wladimir Novaes Martinez</i>	105 - 109
Normas para publicação	109 - 110



CARTA DO PRESIDENTE

O Instituto de Estudos Previdenciários – IEPREV tem a honra de lançar a **Revista Brasileira de Direito Social – RBDS**, periódico que possui o propósito de promover e fomentar o debate científico sobre temáticas concernentes a efetivação e preservação dos direitos sociais contemplados na Constituição Federal.

A Revista tem como desiderato, ainda, estabelecer a interlocução entre o direito previdenciário e os mais diversos ramos do direito, tais como o constitucional, tributário, do trabalho, administrativo, penal, financeiro, à saúde e assistência social, utilizando-se dessa interdisciplinaridade para enriquecer e oportunizar a exposição de diferentes perspectivas dos profissionais do direito e de outras áreas.

A RBDS terá, por outro lado, como nota característica o estudo da transdisciplinaridade, articulando elementos de diferentes ciências e disciplinas, tais como a medicina e engenharia de segurança do trabalho, as ciências contábeis e atuariais, sociologia, demografia e estatística, economia, serviço social e ciência política, além de outras áreas do conhecimento científico que possuam qualquer interface com os direitos sociais.

No que concerne ao contexto político-econômico do Brasil, a Revista emerge em momento oportuno, na medida em que se propõe analisar criticamente o comando constitucional da universalização dos direitos sociais por intermédio de prestações positivas dos poderes públicos condicionadas às limitações orçamentárias e problemas de governança do aparato estatal, cuja ineficiência, falta de transparência e má alocação (bem como desvios) dos recursos fiscais comprometem a eficácia das políticas públicas.

Ressalta-se também a intenção da RBDS em impulsionar o estudo do direito

material, em suas diversas manifestações, concomitantemente ao exame de seus aspectos processualísticos correlatos, abarcando tanto a via administrativa quanto a judicial, pautando-se pelas especificidades do direito processual quando a celeuma envolve eventual inobservância dos deveres imputados ao Estado e aos agentes econômicos para a materialização de direitos sociais.

A Revista Brasileira de Direito Social traz também em seu escopo a preocupação com o desenvolvimento da discussão teórica e prática que engloba os fundamentos jurídicos que permeiam a jurisprudência em atenção principalmente à força conferida aos precedentes judiciais pelo Código de Processo Civil. O fortalecimento e uniformização da jurisprudência vêm no sentido de atribuir ao nosso ordenamento maior segurança jurídica, não podendo a doutrina esquivar-se do estudo acurado sobretudo das decisões que ostentam caráter vinculante.

Outra ótica que certamente será abordada ao longo das edições do periódico é atuação do poder público como órgão regulador e fiscalizador das entidades privadas que exercem uma função complementar e supletiva para a concretização dos direitos sociais, bem como a legislação que regula o comportamento dos agentes econômicos no exercício de suas atividades no campo da promoção dos valores sociais salvaguardados pela Carta Magna.



Os estudos científicos não podem ignorar a repercussão que a normatização do direito civil opera sobre o estudo dos direitos sociais, sendo imprescindível lançar luzes sobre os institutos de suas mais variadas ramificações, como o direito comercial, do consumidor, das famílias, da previdência complementar, da saúde suplementar, além de outros preceitos normativos que influenciam diretamente na aplicabilidade das normas de ordem pública vocacionadas à implementação dos direitos sociais fundamentais.

Por fim, a Revista Brasileira de Direito Social representa uma comunhão de esforços por parte de doutrinadores do direito, assim como de outras áreas afetas, tendo como foco o estudo teórico e prático dos institutos que visem a promover a dignidade da pessoa humana em um País com profundas desigualdades sociais e regionais, buscando sempre conciliar os postulados da seletividade e da universalidade da proteção social para a construção de uma sociedade mais solidária e justa.

Roberto de Carvalho Santos
Presidente do Instituto de Estudos Previdenciários – IEPREV